



Ed.

## **ESTATUTOS**

### **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Denominação e Duração**


O Instituto Português de Reumatologia, constituído em 18 de Dezembro de 1948, com a denominação de Associação Portuguesa de Reumatologia, e que passou a denominar-se Instituto Português de Reumatologia em 5 de Abril de 1954, abreviadamente I.P.R., é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de Associação com duração ilimitada, tendo os anteriores Estatutos sido publicados no D.R. da III Série n.º 219, de 22/09/2003 e encontra-se registado como Instituição Particular de Solidariedade Social sob o n.º 1/87, a fls. 9 do Livro I das Instituições com fins de saúde no CRSSLVT.

#### **Artigo 2.º**

##### **Sede**

1. O Instituto Português de Reumatologia tem a sua sede na Rua da Beneficência, n.º 7, 1050-034 Lisboa.
2. O local da sede poderá ser mudado para qualquer local do território nacional por deliberação da Assembleia Geral.
3. O Instituto Português de Reumatologia terá timbre e símbolos próprios, incluindo bandeira própria, estando as alterações dos

mesmos sujeitos a deliberação da Assembleia Geral, cuja Ordem de Trabalhos contenha ponto que expressamente assim o mencione.



### **Artigo 3.º**

#### **Localização**

O Instituto Português de Reumatologia exerce a sua acção em todo o território nacional, podendo instalar Centros, Delegações e Serviços onde tal se justifique, podendo ainda criar núcleos onde considere necessário.


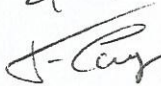
### **Artigo 4.º**

#### **Fins principais**

São fins do Instituto Português de Reumatologia, de um modo geral, tudo quanto contribua para o conhecimento e tratamento das doenças reumáticas e osteo-articulares e especialmente:

- a) Prestação de assistência clínica, em regime de ambulatório e de internamento, a pessoas afectadas por doenças reumáticas, de doenças osteo-articulares e outras associadas, através de diagnóstico, terapêutica, reabilitação, prevenção e promoção de saúde;
- b) Prestação de assistência social às mesmas pessoas e intervenção social;
- c) Prestação de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica;
- d) Estudo dos problemas médicos e sociais relativos às doenças reumáticas e às doenças do sistema locomotor;
- e) Ensino, formação e treino de médicos, enfermeiros, psicólogos e paramédicos na área da reumatologia;
- f) Criação e manutenção de centros reumatológicos e de medicina



  
  
E.S.

física e de reabilitação;

g) Investigação científica nas áreas atrás referidas e nas que lhe sejam conexas;

h) Prevenção de doenças reumáticas e de doenças osteo-articulares;

i) Divulgação de conhecimentos sobre as doenças reumáticas e osteo-articulares e suas consequências, realização e promoção de cursos, conferências, jornadas, publicações e outras iniciativas sobre as referidas matérias.

### **Artigo 5.º**

#### **Fins secundários e actividades instrumentais**

O Instituto Português de Reumatologia poderá ainda prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que sejam compatíveis com os fins definidos no artigo anterior como fins principais e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o seu financiamento.

### **Artigo 6.º**

#### **Cooperação**

No desenvolvimento das suas actividades o Instituto Português de Reumatologia cooperará com instituições e serviços, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros, que prossigam fins idênticos ou complementares e manterá e criará os meios necessários a essa cooperação.



Handwritten signature and initials, possibly 'J. Car' and 'ES'.

## **CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS**

### **Secção I - Filiação, Direitos e Deveres**

#### **Artigo 7.º**

##### **Filiação**

1. Podem filiar-se no Instituto Português de Reumatologia, as pessoas singulares de maior idade e as pessoas colectivas que aceitem e se obriguem a respeitar os presentes Estatutos e os Regulamentos Internos.
2. O pedido de filiação compreenderá o preenchimento de uma proposta devidamente assinada pelo candidato e por dois sócios do I.P.R. no pleno uso dos seus direitos que serão os proponentes.

A proposta conterà o número de Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade do candidato a sócio.

#### **Artigo 8.º**

##### **Categorias de sócios**

Categorias de Sócios:

- a) Honorários - As pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado ao I.P.R serviços relevantes que mereçam essa distinção;
- b) Beneméritos - As pessoas singulares ou colectivas que contribuam com uma quantia em dinheiro, doação de bens ou serviços que, pelo seu valor, seja susceptível de ser considerada importante;
- c) Efectivos - Todos os restantes sócios, pessoas singulares ou colectivas, no pleno gozo dos seus direitos e deveres, nomeadamente pagando uma quota mensal de quantitativo não inferior a dois euros e cinquenta cêntimos, enquanto outro mais elevado não for fixado pela



Assembleia Geral.

### **Artigo 9.º**

#### **Aquisição da qualidade de sócio**

1. A qualidade de associado honorário ou benemérito é atribuída pela Assembleia Geral sob proposta da Direcção ou de, pelo menos, quinze associados efectivos, tendo de ser sempre devidamente fundamentada.
2. A admissão de associados efectivos depende da aprovação da Direcção.
3. Os sócios honorários estão dispensados do pagamento de quotas.
4. A qualidade de associado é pessoal e não é transmissível.

### **Artigo 10.º**

#### **Direitos**

Os associados efectivos e beneméritos quando pessoas singulares têm direito a:

- a) Participar na vida da associação, nomeadamente nas reuniões da Assembleia Geral, unicamente com a restrição constante do n.º 4 do artigo 11.º;
- b) Eleger e ser eleito para os Órgãos da Associação;
- c) Usufruir das regalias que lhe sejam conferidas pelos Estatutos e regulamentos ou pelas deliberações da Assembleia Geral ou da Direcção;
- d) Receber, após aprovação da sua filiação ou deliberação da Assembleia Geral, o cartão de associado e um exemplar dos Estatutos;

- e) Ter acesso a todos os serviços prestados pelo Instituto Português de Reumatologia de acordo com as normas e regulamentos em vigor.



Es.

### **Artigo 11.º**

#### **Restrições ao pleno exercício dos direitos**


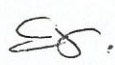
1. Só podem participar nas deliberações das Assembleias Gerais os associados que tenham sido admitidos ou readmitidos há mais de um ano e que tenham pago todas as quotas até ao mês anterior áquele em que se realize a Assembleia Geral respectiva.
2. Os associados que por qualquer motivo deixem de o ser não têm direito de reaver as quotizações que hajam pago, sem prejuízo das suas responsabilidades por todas as prestações relativas ao tempo em que permaneceram associados.
3. Aos associados, no exercício concreto dos seus direitos ou deveres, é directamente aplicável o disposto no art. 13.º da Constituição da República Portuguesa.
4. Os direitos dos associados não podem ser diminuídos pelo facto de serem, também, seus funcionários ou beneficiários, salvo quanto ao voto de propostas respeitantes a regalias sociais, retribuições de trabalho ou quaisquer benefícios que individualmente lhes digam respeito, situação essa em que não poderão votar essas propostas.

### **Artigo 12.º**

#### **Deveres**

Os associados devem:



- 
- 
- a) Contribuir para a realização dos fins do Instituto Português de Reumatologia, desde logo cumprindo os Estatutos e Regulamentos Internos;
- b) Exercer com diligência os cargos para que tenham sido eleitos e que tenham aceite exercer;
- c) Agir solidariamente na defesa dos interesses do I.P.R. e promover o seu engrandecimento;
- d) Cumprir e fazer cumprir as deliberações sociais;
- e) Pagar pontualmente as quotizações e outros encargos devidos, quando a eles haja lugar, salvo situação de isenção de pagamento, decidida pela Direcção, perante comprovado estado de carência económica.

### **Artigo 13.º**

#### **Votações**

1. O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
2. Gozam de capacidade eleitoral activa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões de Assembleia Geral, mediante documento escrito e assinado acompanhado de fotocópia do C.C. ou do B.I., mas cada sócio não pode representar mais do que um associado.
4. Os associados podem votar por correspondência desde que indiquem expressamente a sessão da Assembleia Geral, o ponto da Ordem de

Trabalhos, o seu sentido de voto e que este contenha a assinatura igual ao C.C. ou ao B.I., cuja fotocópia deve acompanhar o voto.

## **Secção II - Exclusão dos Associados e Penalidades Disciplinares**

### **Artigo 14.º**

#### **Exclusão e Penalidades Disciplinares**

1. Perdem a qualidade de associados os que se retirarem voluntariamente pedindo a sua exclusão.
2. As penalidades aplicáveis aos associados são as seguintes:
  - a) Advertência escrita e registada;
  - b) Suspensão de direitos até um ano;
  - c) Exclusão.
3. Incorrem na pena de advertência escrita os sócios que violarem os seus deveres para com o I.P.R. e não sejam passíveis de ser punidos com as penas previstas nos números seguintes.
4. Incorrem na pena de suspensão de direitos até um ano, os associados efectivos e beneméritos quando:
  - a) Tiverem seis quotizações em atraso, ressalvando-se o disposto na parte final da alínea e) do artigo 12.º, e tenham sido expressamente avisados pela Direcção, para esse efeito;
  - b) Recusarem exercer cargo nos Órgãos da Associação para que tenham sido eleitos, sem alegarem caso de escusa legítima reconhecida como tal pela Assembleia Geral;
  - c) Sendo membro dos Órgãos da Associação, mediante processo



judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício e por causa dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam, com efectivo prejuízo para o I.P.R.;

d) Em inquérito levado a efeito se provar que actuaram com intenção de prejudicar o Instituto Português de Reumatologia, se aquela actuação não implicar a aplicação de pena de exclusão.

5. Incorrem na pena de exclusão os associados efectivos e beneméritos quando:

- a) Tenham incorrido nas faltas referidas nas alíneas c) e d) do n.º 4 deste artigo e cuja exclusão seja proposta pela Direcção, dada a gravidade dessas faltas;
- b) Procederem publicamente de forma a que prejudiquem gravemente o Instituto Português de Reumatologia;
- c) Não pagarem quotas durante 2 anos.

### **Artigo 15.º**

#### **Competência para aplicação das penas e recurso das mesmas**

1. A aplicação de pena de suspensão de direitos até um ano é da competência da Direcção; a aplicação de pena de exclusão é da competência da Assembleia Geral, com excepção da prevista na alínea c) do n.º 4 e alínea c) do n.º 5, do art. 14.º, que será de aplicação automática.

2. Da decisão que aplicar penas disciplinares haverá recurso para a Assembleia Geral, com efeito suspensivo, a interpor pelo punido no prazo



de trinta dias após a data de recebimento da notificação da aplicação da pena.

3. Das penas aplicadas pela Assembleia Geral, haverá recurso para o Tribunal competente, nos termos gerais do direito.

ES.

### **Capítulo III - DOS ÓRGÃOS DO INSTITUTO**

#### **Secção I - Dos Órgãos do Instituto em geral**

##### **Artigo 16.º**

##### **Órgãos Sociais do Instituto**

São órgãos do Instituto Português de Reumatologia a Assembleia Geral, a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é o órgão soberano da instituição, constituindo a Direcção o órgão de administração e o Conselho Fiscal o órgão de fiscalização do I.P.R.

##### **Artigo 17.º**

##### **Eleição dos Corpos Gerentes**

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal serão eleitos em listas propostas e subscritas por quinze sócios ou pela Direcção, das quais constem os nomes dos associados propostos com a indicação dos cargos para que são propostos.
2. As propostas dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral deverão ser entregues nos Serviços Administrativos do Instituto Português de Reumatologia até às dezassete horas do décimo sétimo





dia anterior à data marcada para a Assembleia Geral convocada para a eleição se esse for dia útil, ou no dia útil imediato.

3. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, reunirá com os restantes membros da Mesa para apreciar da regularidade das propostas e das listas e, no prazo de quarenta e oito horas convidará os proponentes a corrigir, dentro de prazo idêntico, qualquer deficiência ou irregularidade.
4. Terminado o prazo para as rectificações e no prazo de três dias, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral providenciará o envio ou entrega das listas aos sócios.
5. A eleição terá lugar entre 15 de Novembro e 31 de Dezembro em Assembleia Geral convocada para o efeito pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
6. No restante, aplica-se o disposto no Regulamento Eleitoral, anexo a estes Estatutos e constituindo parte integrante deles.

E.S.

### **Artigo 18.º**

#### **Elegibilidade**

1. São elegíveis para os Órgãos Sociais do I.P.R. os associados que, cumulativamente:
  - a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos;
  - b) Sejam maiores;
  - c) Tenham pelo menos um ano de vida associativa.
2. A inobservância do disposto no número anterior determina a nulidade da eleição do candidato em causa.



28'

### **Artigo 19.º**

#### **Composição dos Órgãos**

1. Os Órgãos de Administração e de Fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores do I.P.R.
2. O cargo de Presidente do Órgão de Fiscalização não pode ser exercido por trabalhadores do I.P.R.

### **Artigo 20.º**

#### **Incompatibilidades e Impedimentos**

1. Nenhum titular de um Órgão pode ser simultaneamente titular de outro Órgão do Instituto Português de Reumatologia.
2. Não podem pertencer ao mesmo Órgão os cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.
3. Os titulares dos Órgãos não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.

### **Artigo 21.º**

#### **Mandato dos Corpos Gerentes**

1. O mandato dos membros eleitos para os Órgãos da Associação tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse, a conferir





pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou seu substituto, que deverá ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao das eleições.



2. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos membros dos Órgãos da Associação.
3. O Presidente do I.P.R., ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

## **Artigo 22.º**

### **Remuneração do exercício**

1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos do Instituto Português de Reumatologia é, em princípio, gratuito.
2. Os membros dos Órgãos da Associação têm o direito de ser reembolsados das despesas em que incorram por virtude desse exercício.
3. Quando o associado pertencer aos Órgãos Sociais e for também trabalhador do quadro de pessoal da Associação, manterá o seu vínculo e vencimento.
4. É permitida a remuneração dos membros do órgão de administração, nos termos previstos no artigo 18.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de Novembro, nas condições que vierem a ser apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral.



## **Secção II**

### **Da Assembleia Geral**

#### **Composição, Funcionamento e Competências**

##### **Artigo 23.º**

##### **Composição**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais.
2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos entre todos os sócios no pleno uso dos seus direitos, não podendo ser constituída por sócios que sejam pessoas colectivas. O Vice-Presidente substitui o Presidente nos seus impedimentos, o Secretário substitui o Vice-Presidente nos impedimentos deste. Nestes casos a Assembleia elegerá de entre os associados presentes, os membros *ad hoc* necessários para completar a Mesa da Assembleia, desde que não sejam membros dos restantes Órgãos sociais.
3. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
  - a) Convocar a Assembleia Geral;
  - b) Dar posse aos Órgãos Sociais do Instituto;
  - c) Dirigir os trabalhos da Assembleia Geral.
4. Competem ao Vice-Presidente e Secretário coadjuvar o Presidente e redigir o projecto de actas.






EJ.

## Artigo 24.º

### Competência da Assembleia Geral

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Pronunciar-se sobre todas as questões relativas aos objectivos e à actividade do I.P.R.;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente os Orçamentos ordinário e suplementares se a eles houver lugar e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o Relatório e Contas da gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão do Instituto;
- f) Autorizar o Instituto a demandar os membros dos Órgãos da Associação por factos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- h) Fixar o valor da quotização;
- i) Decidir sobre a exclusão de sócios e reapreciar, confirmando ou revogando, qualquer outra pena disciplinar.



## **Artigo 25.º**

### **Funcionamento da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para aprovação do Relatório e Contas do exercício anterior e do parecer do Conselho Fiscal, e outra até 30 de Novembro para apreciação e votação do Orçamento e Programa de Acção.

A Assembleia Geral reúne ainda em sessão ordinária no final de cada mandato, até 31 de Dezembro, para a eleição dos titulares dos Órgãos.

3. A Assembleia Geral Extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos dez por cento dos associados no pleno gozo dos seus direitos, ou de associado que nos termos do artigo 14.º destes Estatutos, recorra da decisão de suspensão ou exclusão.

## **Artigo 26.º**

### **Forma e prazo de convocação da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral será convocada, nos termos do artigo 60.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com, pelo menos, 15 dias de antecedência pelo Presidente da Mesa ou pelo seu substituto.





ES

2. Quando se tratar de Assembleia Geral para a eleição dos membros dos órgãos da Associação a convocatória será feita com a antecedência de 30 dias.
3. A convocatória é afixada na sede da Instituição, no sítio institucional da Associação, nos locais de acesso ao público nas instalações da Instituição, e é também feita por meio de aviso postal, por correio electrónico ou por outros meios de natureza electrónica ou não.
4. Do aviso convocatório constarão obrigatoriamente:
  - a) Indicação do dia, hora e local onde se realiza;
  - b) Indicação da ordem de trabalhos;
  - c) Indicação de que a Assembleia reunirá uma hora após a marcada no aviso convocatório com a presença de qualquer número de associados.
5. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do n.º 3 do artigo 25.º dos Estatutos, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

## **Artigo 27.º**

### **Reunião da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada no aviso convocatório, se estiver presente mais de metade dos associados efectivos com direito de voto, ou uma hora depois, com qualquer número de presenças.



2. A Assembleia Geral Extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados, só poderá reunir e deliberar se estiverem presentes três quartos dos requerentes.



### **Artigo 28.º**

#### **Maiorias qualificadas**

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções.
2. É exigida maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 24.º dos Estatutos.
3. No caso da alínea e) do artigo 24.º dos Estatutos a dissolução não terá lugar se, pelo menos um número de associados não inferior ao dobro dos membros dos Órgãos da Associação, se declarar disposto a assegurar a permanência do Instituto Português de Reumatologia, qualquer que seja o número de votos contra.

### **Secção III - Da Direcção**

#### **Composição, Funcionamento e Competências**

### **Artigo 29.º**

#### **Composição e Assinaturas que obrigam o I.P.R.**

1. A Direcção do Instituto Português de Reumatologia é constituída por cinco membros efectivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um





Tesoureiro, 1.º Secretário, 2.º Secretário e dois suplentes, que serão chamados a substituir o Tesoureiro ou os Secretários, na falta ou impedimento de algum deles.



2. O Instituto fica obrigado com a assinatura de 3 dos membros efectivos da Direcção ou com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro.

### **Artigo 30.º**

#### **Funcionamento da Direcção**

1. A Direcção é convocada pelo respectivo Presidente ou a pedido da maioria dos titulares deste órgão.
2. Das reuniões de Direcção serão lavradas actas de onde constem os assuntos tratados e as deliberações tomadas.
3. Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Direcção, deve-se proceder a novas eleições.
4. No caso da ocorrência de vacaturas, serão chamados os suplentes. Se mesmo assim se verificarem novas vacaturas que não ponham em causa a maioria da Direcção, os novos membros serão cooptados por aqueles que estão em exercício para completar o mandato.



EX.

### **Artigo 31.º**

#### **Competências**

À Direcção do Instituto Português de Reumatologia compete, sem prejuízo das mais atribuições legais:

- a) Orientar superiormente a marcha dos Serviços do Instituto Português de Reumatologia e dirigir os serviços centrais;
- b) Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- c) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral as contas e o Relatório Anual da sua actividade, o Plano de Acção e o Orçamento Ordinário e os Orçamentos Suplementares;
- d) Autorizar a realização das despesas previstas no Orçamento;
- e) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores pertencentes ao Instituto Português de Reumatologia;
- f) Elaborar os Regulamentos do Instituto Português de Reumatologia;
- g) Elaborar o quadro de pessoal, admitir, suspender ou exonerar o pessoal necessário para a prossecução dos fins do Instituto Português de Reumatologia, de acordo com a legislação aplicável;
- h) Exercer a acção disciplinar sobre todo o pessoal do Instituto Português de Reumatologia;
- i) Solicitar a convocação da Assembleia Geral quando o julgue necessário;
- j) Promover e sustentar os interesses do Instituto Português de Reumatologia e dos seus associados;
- l) Representar o Instituto Português de Reumatologia em juízo e fora dele.





## **Secção IV - do Conselho Fiscal**

### **Composição e Competências**



#### **Artigo 32.º**

##### **Composição**

1. O Conselho Fiscal do Instituto Português de Reumatologia é composto por três membros efectivos, sendo um Presidente, dois Vogais e um suplente, que será chamado a substituir algum dos Vogais, na falta ou impedimento de algum deles.
2. O cargo de Presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Instituição.

#### **Artigo 33.º**

##### **Competências**

Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais obrigações legais:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos do Instituto Português de Reumatologia, sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros nas reuniões de Direcção quando para tal forem convocados pelo Presidente da Direcção;
- c) Dar parecer sobre o Relatório, Contas e Orçamento e sobre todos os assuntos que a Direcção submeta à sua apreciação.



## CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

### Artigo 34.º

#### Receitas e Regime Financeiro

1. São receitas do Instituto Português de Reumatologia:
  - a) As quotas dos seus associados;
  - b) Os donativos, subsídios e apoios concedidos;
  - c) A remuneração pelos serviços prestados;
  - d) Os rendimentos dos bens patrimoniais;
  - e) As mais valias e rendimentos das aplicações financeiras;
  - f) O produto da alienação dos bens;
  - g) As indemnizações auferidas;
  - h) Os empréstimos obtidos;
  - i) As heranças e os legados, nos termos do art. 25.º do Dec. Lei 172A/14, de 14 de Novembro;
  - j) Contribuições dos utentes, independentemente do subsistema a que pertençam, pela utilização genérica das instalações, equipamentos e recursos humanos do Instituto.
2. O Instituto Português de Reumatologia realizará as despesas orçamentadas, incluindo as resultantes dos encargos com o pessoal, rendas, pagamento de serviços, aquisição de consumíveis e de bens do imobilizado, juros e estudos específicos.
3. O Instituto Português de Reumatologia manterá um ficheiro do imobilizado com valor residual atribuído.



4. O Instituto Português de Reumatologia deve ter um fundo social correspondente aos saldos acumulados dos exercícios anteriores.

### **Artigo 35.º**

#### **Comissões**

A Direcção poderá organizar, nomear e destituir as comissões que entender, para desenvolvimento de todas as actividades do I.P.R.

### **Artigo 36.º**

#### **Colaboração específica**

O Instituto Português de Reumatologia continuará a manter estreita colaboração com as Instituições de âmbito nacional ligadas à Reumatologia, nomeadamente, com o Colégio da Especialidade de Reumatologia da Ordem dos Médicos, a Sociedade Portuguesa de Reumatologia e as Associações de Doentes e também com as entidades públicas e privadas que contribuam para a prossecução da sua actividade.

### **Artigo 37.º**

#### **Legislação subsidiária**

Em tudo o que não estiver previsto aplica-se o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172A/14, de 14 de Novembro e demais legislação em vigor.